



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

ANEXO
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

Aracaju-SE, Junho de 2024



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

1. DO OBJETO

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços/obras e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento
- 1.2. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, estabelecendo indicadores, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.3. Este anexo é parte integrante do Termo de Referência a contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para o assessoramento e subsídio à fiscalização da obra de construção da Nova Sede da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque (DPF/OPE/AP).

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A contratante adotará a avaliação de desempenho com validação de eventuais irregularidades na execução, as quais serão consideradas como indicadores para aplicação do IMR, para fins de controle contratual dos serviços integralmente realizados e adequados aos interesses da Administração;
- 2.2. Aos indicadores serão atribuídos nível de criticidade para cada irregularidade detectada, conforme critérios apresentados nas tabelas constantes neste IMR.

3. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

- 3.1. Será aferida ao final da entrega de cada relatório, com frequência mensal ou por demanda, a depender do produto especificado no item 1.1 do Termo de Referência, conforme tabela abaixo:

INDICADOR Nº	IRREGULARIDADES	INCIDÊNCIA	NÍVEL DE CRITICIDADE
1	Não designar por escrito, em até dois dias do início do contrato, preposto	Por dia	BAIXO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

	que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do Contrato, conforme previsto no Termo de Referência.		
2	Deixar de acompanhar a destinação de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, bem como permitir a destinação de forma ambientalmente incorreta de resíduos da obra pela executora.	Por ocorrência	MÉDIO
3	Atrasos na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante, superior a 2 (dois) dias úteis.	Por dia	MÉDIO
4	Deixar de comunicar à Fiscalização da Administração, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários.	Por ocorrência	ALTO
5	Atrasar na entrega dos relatórios sem justificativa acatada pela Contratante.	Por ocorrência e por dia	ALTO
6	Não manter sigilo de informações obtidas em decorrência de suas atribuições.	Por ocorrência	ALTO
7	Permitir a presença de funcionário sem uniforme, em condições inapropriadas de	Por profissional	ALTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

	apresentação ou sem crachá de identificação		
8	Recusar-se a executar ou refazer serviço determinado pela Fiscalização da Administração, sem motivo justificado.	Por ocorrência e por dia	GRAVE
9	Descumprir as Metodologias, Especificações, Previsões ou outras determinações previstas no Termo de Referência ou seus anexos.	Por ocorrência	GRAVE
10	Suspender ou interromper o serviço, salvo por motivo de força maior.	Por dia	GRAVE
11	Recusar-se a alocar ou a substituir os profissionais elencados na equipe técnica mínima quando solicitado pela Contratante, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.	Por ocorrência e por dia	GRAVE
12	Deixar de fornecer os EPI's, quando exigido em lei ou norma, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los.	Por ocorrência e por profissional	GRAVE
13	Elaborar relatórios/boletins de medição (aspectos de quantidade e qualidade) incompatíveis com o efetivamente executado na obra.	Por ocorrência	GRAVE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

3.2 O nível de atendimento dos serviços será determinado pela Nota de Avaliação (NA), que será utilizada para cálculo do pagamento proporcional ao cumprimento das metas do IMR.

3.3 A NA será calculada a partir do registro de ocorrências que determinará os Pontos Perdidos – PP, por parte da Contratada, considerando o impacto de criticidade de cada ocorrência, conforme critérios e fórmula abaixo:

$$NA = \Sigma PP \text{ (pontos perdidos)}$$

NÍVEL DE CRITICIDADE	PP
BAIXO	0,3
MÉDIO	0,5
ALTO	1,0
GRAVE	1,5

4. AJUSTES NO PAGAMENTO

4.1. Para fins de redução do valor devido à contratada, por não cumprimento do IMR, serão considerados os seguintes critérios:

FAIXAS DE AJUSTES NO PAGAMENTO	CRITÉRIOS
I – Notificação (Advertência)	Se durante a execução dos serviços $0,6 \leq NA \leq 2,0$.
II - Redução no pagamento de até 4% do valor do RELATÓRIO de referência, a ser aplicado apenas no pagamento do RELATÓRIO avaliado.	a) Se durante a execução dos serviços $2,0 \leq NA \leq 4,0$. b) Quando a CONTRATADA acumular duas advertências consecutivas ou três intercaladas .
III - Ajuste no pagamento de 4,1% até 8% do valor da RELATÓRIO de	a) Se durante a execução dos serviços, $4,0 \leq NA \leq 6,0$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

referência, a ser aplicado apenas no pagamento do RELATÓRIO avaliado.	b) Quando a Contratada acumular três Advertências consecutivas ou quatro intercaladas ;
IV - Ajuste no pagamento de 8,1% até 16% do valor da RELATÓRIO de referência, a ser aplicado apenas no pagamento do RELATÓRIO avaliado.	Se durante a execução dos serviços, o NA ≥ 6,0 .

4.2 Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato;

4.3 Durante a execução contratual, se verificada soma dos percentuais superior a 14 será considerada inexecução do contrato, podendo sofrer as sanções previstas no edital e no contrato.

1. ASSINATURAS

X

Fiscal de Contrato

X

Preposto da Contratada